COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.247, DE 2011

Dispõe sobre o direito de defesa oral na contestação de multas por infração de trânsito e dá outras providências.

Autor: Deputado NELSON BORNIER

Relator: Deputado EDINHO ARAÚJO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 2.247, de 2011, proposto pelo Deputado Nelson Bornier. A iniciativa concede ao condutor a quem se impõe penalidade por cometimento de infração de trânsito o direito de fazer sua defesa oral, após apresentação de defesa prévia escrita. De acordo com o projeto, a defesa oral deve ser realizada perante autoridade competente, permitindo-se a inquirição de até três testemunhas e apresentação de outros tipos de provas capazes de comprovar a ausência de culpabilidade.

Na sua justificação, o autor alega que a possibilidade de o condutor autuado fazer defesa oral no processo administrativo de julgamento de penalidade de trânsito garante, ali, a plena observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório não pode se curvar a conveniências ditadas pela esfera administrativa que, por determinação legal, tem o poder de impor sanções aos indivíduos. Embora se reconheça que é vultosa a quantidade de recursos encaminhados às Juntas

Administrativas de Recursos de Infrações – JARI e instâncias administrativas superiores, não se pode negar que é uma violência negar ao cidadão o direito de exercer a ampla defesa por intermédio da sustentação oral. Por mais que isso soe custoso, é dever do Estado se aparelhar para garantir os princípios constitucionais que protegem o indivíduo, no limite de suas incumbências.

Parece-me, portanto, indefensável a norma que dite ser o recurso posto sob forma escrita o único instrumento válido de defesa frente à imposição de uma penalidade por infração de trânsito. Há situações que, de fato, requerem uma explanação e uma argumentação de viva voz para serem esclarecidas. Perguntas podem ser feitas. Dúvidas podem ser sanadas. Do diálogo, enfim, é possível fazer brotar a verdade.

Não imagino, obviamente, que o exercício do direito será tal que comprometa o funcionamento da aparelhagem administrativa concebida para julgar os recursos contra autuação por infração de trânsito. É de se supor, em verdade, que a maioria das pessoas não tenha motivos suficientes para comparecer a uma sessão de julgamento ou mesmo disposição para isso. Grande parte das pendências pode, realmente, ser solucionada sem que seja preciso recorrer à sustentação oral. São controvérsias simples, que já vêm merecendo tratamento satisfatório sob o modelo atual. À defesa oral, quero crer, estarão reservadas apenas as lides de maior complexidade, aquelas que levem o cidadão a suspeitar de que um simples relato manuscrito não terá força suficiente de convencimento.

Dito isso, gostaria de registrar que o projeto analisado pode ser aperfeiçoado do ponto de vista da técnica legislativa. Com efeito, é no Código de Trânsito Brasileiro que deve ser incluída a matéria que se vem discutindo, não em lei avulsa, como pretendeu o autor. É por essa razão que se está oferecendo um substitutivo à iniciativa.

Por fim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.247, de 2011, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado EDINHO ARAÚJO
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.247, DE 2011

Acrescenta dispositivo ao Código de Trânsito Brasileiro, para assegurar o direito à defesa oral em recurso contra penalidade por infração de trânsito.

Art. 1º Esta lei acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para assegurar a quem deseje recorrer de penalidade por infração de trânsito o direito de realizar sustentação oral perante a autoridade responsável pelo julgamento.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 290-A. Aquele que recorre da imposição de penalidade por infração de trânsito tem o direito de realizar, pessoalmente ou mediante o concurso de advogado, sustentação oral perante a autoridade responsável pelo julgamento, nos termos definidos em regulamentação.”

§1º A sustentação oral deve ser requerida à autoridade responsável pelo julgamento no ato da apresentação do recurso.

§ 2º Quando requerida a sustentação oral, o prazo para apreciação do recurso é de sessenta dias.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado EDINHO ARAÚJO
Relator